

Arruda destaca ação do Congresso pelas mudanças



Arruda

Pela primeira vez, são criados instrumentos eficazes para se promover a reforma agrária de forma pacífica no País, de acordo com

o regime democrático. A avaliação foi feita ontem pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao comentar a decisão do Senado de aprovar o rito sumário e o fato de se encontrar em vias de apreciar também o novo modelo de Imposto Territorial Rural (ITR). "É o fim das capitânias hereditárias", comemora.

Arruda informou que o relator da medida provisória sobre o ITR, senador Jádier Barbalho (PMDB-PA), iniciou entendimentos políticos para que não haja prejuízo aos pequenos e médios proprietários que estão produzindo, em consequência do aumento desse imposto.

Ele destacou que, até novembro, o Senado votou 630 matérias; na Câmara dos Deputados, o número de projetos submetidos a plenário chegou a 262; nas sessões conjuntas do Senado e da Câmara, o Congresso apreciou 46 proposições. "É um recorde histórico do Congresso", disse o senador, assinalando que o coroamento dos trabalhos vai acontecer com a votação do ITR nesta quarta-feira, na sessão extraordinária do Congresso.

São números que expressam o trabalho fértil do Congresso Nacional no ano que termina. Mostram que, contra todos os percalços e dificuldades, o Legislativo brasileiro vem fazendo sua parte nas reformas estruturais por que passa o País.



MUDANÇAS NO ITR - A comissão do Congresso encarregada de examinar a MP sobre o Imposto Territorial Rural ouviu ontem representantes do governo. Página 6

Aprovado rito sumário para reforma agrária

Projeto, que agora vai à sanção, fixa um prazo de 48 horas para o juiz despachar os processos relativos a desapropriações

Por 64 votos a favor e nenhum contra, o plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei oriundo da Câmara que cria um procedimento contraditório especial, de rito sumário, para fins de reforma agrária. A matéria será enviada à sanção presidencial.

Com isso, nos procedimentos judiciais de desapropriação de imóvel rural, o juiz terá que despachar a petição inicial no prazo máximo de 48 horas, mandando imediatamente imitar o autor na posse do imóvel e determinando a citação do expropriando para contestar o pedido.

No curso da ação, com o objetivo de fixar prévia e justa indenização, o juiz poderá designar audiência de conciliação, que será realizada nos dez primeiros dias a contar da citação, e na qual deverão estar

presentes o autor, o réu e o Ministério Público. O juiz proporá a conciliação e, se houver acordo, isso será lavrado em termo. Integralizado o valor pactuado, dez dias depois o juiz expedirá mandado ao registro imobiliário, determinando a matrícula do bem expropriado em nome do expropriante.

A lei aprovada também determina que a petição inicial de desapropriação apresentará o comprovante de lançamento dos títulos da dívida agrária correspondente ao valor ofertado para pagamento da terra nua. E conterá também o comprovante de depósito em banco oficial, à disposição do juiz, correspondente ao valor ofertado para pagamento das benfeitorias úteis e necessárias. ■ **Leia mais sobre as decisões do Senado nas páginas 2 e 3**

Comissão aprova 26 projetos

Entre propostas aprovadas ontem pela CCI, estão a redução do percentual de multas por atraso em pagamento de tributos e punição rigorosa para os responsáveis por lesões físicas ou morais contra pacientes de hospitais, asilos, creches e orfanatos. **Páginas 4 e 5**

Bezerra e Sarney querem votar logo o Orçamento

Página 7

Senado apóia candidatura do Rio às Olimpíadas

Plenário aprova proposta de José Roberto Arruda. Já o projeto que regulamenta a navegação de cabotagem será colocado em votação amanhã

O plenário do Senado aprovou requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) consignando voto de solidariedade e apoio à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Arruda disse que, realizando-se esses jogos naquela cidade, todo o Brasil lucrará, por

ser o Rio a melhor expressão da cultura nacional.

Os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) aplaudiram a decisão, dizendo que a cidade dispõe de todas as condições para realizar esses jogos. Antes de ir a plenário, o requerimento recebeu o parecer favorável da Comissão

de Relações Exteriores.

CABOTAGEM

Na mesma sessão, o Senado decidiu colocar em votação amanhã o projeto de regulamentação da navegação de cabotagem. Líder do PT, o senador José Eduardo Dutra (SE) argumentou que a Casa não pode votar um projeto dessa importância

sem que ele antes seja submetido às comissões técnicas. O projeto que prorroga o prazo para renovação do certificado de entidades de fins filantrópicos e de cadastramento junto ao Conselho Nacional de Assistência Social também será votado pelo plenário nesta quinta-feira.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 10h - Recebe o presidente do TCU, ministro Marcus Vilela
- 12h - Recebe o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro
- 14h30 - Preside sessão do Senado em que comparece o ministro da Justiça, Nelson Jobim
- 14h45 - Recebe o ministro da Justiça, Nelson Jobim

PLENÁRIO

- 11h - Sessão deliberativa do Senado
- Pauta: Votação de projetos
- 14h30 - Sessão do Senado - Comparecimento do ministro da Justiça, Nelson Jobim
- Pauta: Esclarecimentos sobre a atuação do governo federal no despejo de garimpeiros e desobstrução da área denominada Serra Leste, no município de Curionópolis (PA).

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
- Pauta: Apreciação de diversas matérias, dentre elas, a *PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Pauta: Apreciação de diversos projetos, dentre eles, o *PLS nº 291/95 (Complementar), que extingue o Conselho Monetário Nacional e define as condições para a autonomia do Banco Central. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa
- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
- Pauta: *PLS nº 34/96, que altera a Lei nº 6.088/74; e *PLS nº 20/95 (não terminativo), que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama; e tramitação conjunta com o *PLC nº 72/93, que dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
- 10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1493-12/96, que dispõe sobre os fundos que especifica
- Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho
- 10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1483-19/96, que reduz o imposto de Importação para os produtos que especifica
- Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho
- 11h - Comissão Especial destinada a proceder ao exame de sugestões encaminhadas por governadores (processos diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios
- Pauta: Explanções do secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa
- 11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1485-32/96, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas

jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1489-18/96, que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 52 da Lei nº 8.931/94, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1488-18/96, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1487-25/96, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1495-13/96, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho

15h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1492-16/96, que cria Gratificação de Condição Especial de Trabalho - GCET para os servidores militares federais das Forças Armadas, altera dispositivos das Leis nºs 6.880/80 e 8.237/91, que dispõem sobre o auxílio funeral a ex-combatentes

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1513-04/96, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões, para os fins que especifica

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1498-24/96, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Especial destinada a acompanhar *in loco* os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Geneveva, no Bairro de Santa Tereza, bem como nas demais casas geriátricas do Rio de Janeiro

Pauta: Leitura e discussão do relatório final apresentado pelo senador José Alves. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Pensão para as vítimas do césio é aprovada

Para conceder a ajuda, que não se transfere aos sucessores dos beneficiados, governo terá de exigir perícia de uma junta médica, que anotará as seqüelas dos atingidos pela radiação

O plenário do Senado aprovou ontem e vai encaminhar à sanção presidencial projeto de lei oriundo da Câmara que concede pensão especial às vítimas do acidente nuclear com o césio-137, ocorrido em 1987, em Goiânia (GO). Serão beneficiadas as vítimas identificadas por perícia médica oficial, caracterizando-se a pensão como personalíssima, isto é, não se transmite ao cônjuge sobrevivente ou aos herdeiros, em caso de morte do beneficiário.

Para comprovar se a víti-



Jonas Pinheiro

ma do acidente radioativo está enquadrada na lei, será necessário o parecer de uma junta médica oficial, a cargo da Fundação Leide das Neves Ferreira, com sede em Goiânia, e supervisão do

Ministério Público Federal, devendo ficar anotado o tipo de seqüela que impede o desempenho profissional ou o aprendizado, de maneira total ou parcial, do atingido pela radiação.

Os funcionários da vigilância sanitária que, em pleno exercício de suas atividades, foram expostos às radiações do césio-137 também serão submetidos a exame para comprovação de que são vítimas do acidente. Em nome da Comissão de Assuntos Sociais, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) deu parecer em

plenário favorável ao projeto, aprovado por unanimidade em votação simbólica.

ESTATAIS

Na mesma sessão, o Senado aprovou requerimento de urgência para incluir na ordem do dia de amanhã projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) destinado a facultar ao Congresso Nacional o poder de excluir empresa pública do Programa Nacional de Desestatização. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) deu parecer em plenário, manifestando-se favoravelmente ao projeto aprovado.

Plenário autoriza rolagem das dívidas de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul

O plenário do Senado aprovou ontem projetos de resolução autorizando os governos de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul a emitirem Letras Financeiras do Tesouro estadual para girarem suas dívidas mobiliárias vencíveis no primeiro semestre de 1997. O governo mineiro foi autorizado a emitir, mediante oferta pública, títulos que lhe permitirão rolar 100% de sua dívida, conforme emenda defendida pela senadora Regina Assumpção (PTB-MG).

Na ocasião, o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, disse que há um pacto entre os senadores para



Regina Assumpção

que os estados sejam autorizados a rolar apenas 98% de sua dívida, a fim de conter o endividamento público.

Manifestando-se também contra a emenda, o senador Júlio Campos (PFL-MT) estranhou que outros estados venham se empenhando em enxugar sua folha de pagamento de pessoal, enquanto a de Minas continua tão alta. Ele não entendia

por que, de uma receita de R\$ 450 milhões, Minas Gerais despense R\$ 380 milhões com pagamento de pessoal. Ao final, como os outros senadores, ele votou a favor da rolagem em 100% da dívida mineira.

A autorização para o governo de Mato Grosso do Sul visa a elevar temporariamente os limites fixados na Resolução nº 69/95, de modo a permitir a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do estado, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1997. A quantidade de letras a ser emitida será definida na data do resgate dos títulos a serem substituídos.



Humberto Lucena

Lucena registra homenagem a Dom Pelé

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) registrou em plenário a realização, ontem, de uma sessão especial da Câmara dos Deputados em homenagem ao ex-arcebispo de João Pessoa, dom José Maria Pires, o Dom Pelé, que recentemente deixou a função.

Depois de manifestar a sua satisfação com aquela sessão, que resultou de iniciativa do PMDB paraibano, Humberto Lucena elogiou a figura do ex-arcebispo e leu discurso em que Dom Pelé agradeceu a homenagem.

DECISÕES DA CCJ

Comissão aprova 26 proposições e rejeita cinco

Entre as matérias apreciadas está o projeto que proíbe a venda de bebidas alcoólicas no comércio situado às margens de rodovias e o que disciplina atendimento médico a presos



O plenário da Comissão de Justiça examinou ontem uma pauta extensa de matérias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), apreciou ontem extensa pauta, aprovando 26 proposições e rejeitando outras cinco.

Dentre as matérias aprovadas, está o substitutivo apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que visa evitar fugas de presos durante saídas para tratamento de saúde. Pela proposição, o Sistema Único de Saúde dará atendimento aos presos nos próprios estabelecimentos penais. As saídas ficarão sujeitas a autorização judicial, exceto em casos de urgência comprovada, quando o diretor do presídio poderá permiti-las, comunicando o ocorrido ao juiz competente.

De caráter terminativo, foram aprovados dois projetos de lei: um, de autoria do senador Valmir Campelo (PTB-DF) e relatado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados às margens das rodovias. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais para exame de mérito.

O outro, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), com parecer favorável do relator, senador Bernardo Cabral, determina que não pode ser qualificada como crime a invasão pacífica de terras improdutivas, realizada sem violência à pessoa ou grave ameaça.

Acolhidos projetos que tratam com maior rigor o roubo de automóveis

Quatro projetos de lei de iniciativa do Executivo que visam a combater com mais rigor roubo, furto, receptação, remarcação e desmanche de veículos foram acolhidos ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos do parecer do senador Jefferson Peres (PSDB-AM). As proposições, que alteram dispositivos do Código Penal, para agravar as penas destes crimes, vão agora ao exame do plenário.

Conforme Jefferson

Peres, a prática desses atos criminosos tem ganhado proporções intoleráveis, impondo-se a adoção de medidas mais duras no campo da legislação penal. Ele ressalta que um dos projetos, ao contemplar a hipótese em que o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo-lhe a liberdade, aumenta a pena-base inicial no caso de roubo, se da violência resulta lesão corporal grave ou morte.

A CCJ aprovou também outro projeto de autoria do Executivo que

cria o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol), cujos recursos serão administrados por um conselho gestor, composto pelo diretor da Polícia Federal e pelos dirigentes dos órgãos centrais responsáveis pelos trabalhos da instituição. O projeto, que será submetido ainda à Comissão de Assuntos Econômicos, recebeu emenda de redação apresentada pelo relator, senador Romeu Tuma (PSL-SP).

DECISÕES DA CCJ

Redução de multa abrange tributos e obrigações

Ao relatar projeto de Francelino Pereira, Bernardo Cabral defende para as relações entre os cidadãos e o Estado o mesmo tratamento dispensado aos contratos entre particulares

A multa por atraso no pagamento de contribuições e tributos federais, estaduais e municipais não poderá ser superior a 2%. É o que estabelece substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a dois projetos de lei complementar do senador Francelino Pereira (PFL-MG), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em seu parecer, o relator afirmou que, na busca de se universalizar a norma da redução da multa, ficou claro que "não



Francelino Pereira

é lógico nem coerente ao poder público estabelecê-la para obediência cogente no campo do direito privado, colocando-se ao largo aquilo que diz respeito às

relações entre o cidadão e o Estado":

- Ou bem a lei é boa e justa para todas as relações jurídicas, seja no âmbito cidadão/cidadão, seja no âmbito cidadão/Estado, ou bem ela está errada e não deve subsistir - disse Bernardo Cabral.

A CCJ aprovou ainda duas emendas de plenário de Francelino Pereira a outro projeto do próprio senador que fixa em no máximo 2% (dois por cento) ao mês a multa de mora decorrente do inadimplemento de

obrigação contratual. Uma das emendas altera o Código de Defesa do Consumidor, para explicitar que a redução da multa atinge todas as relações de consumo, e modifica a lei sobre os condomínios, para que essa redução "fique abrigada na legislação respectiva". A outra estabelece que o cálculo do percentual referente ao pagamento de multa incidirá sobre o valor que é exigido no dia do vencimento, inclusive considerando-se quaisquer descontos concedidos.

Lesão física ou moral em hospitais terá punição severa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que considera puníveis penal, civil e administrativamente os responsáveis, em hospitais, asilos, creches, orfanatos e similares, públicos ou privados, por atos, dolosos ou culposos, dos quais resulte lesão física, psíquica ou moral, desaparecimento ou morte de paciente, interno ou pessoa sob custódia, a qualquer título.

De acordo com o substitutivo, a responsabilidade estende-se aos que, podendo evitar aqueles atos, se omitirem. Também são puníveis os agentes ou instituições, públicos ou privados, encarregados da fiscalização e inspeção dos estabelecimentos. A responsabilização administrativa implicará a perda de cargo, emprego ou função pública, com inabilitação para voltar à atividade por dois a seis anos, no caso de lesão, e por dez anos, no caso de desaparecimento ou morte. Essa responsabilização se fará sem prejuízo das ações cíveis e penais cabíveis.



Lúcio Alcântara (D) foi o relator do projeto sobre os hospitais

O substitutivo estabelece também que as instituições de saúde privadas, conveniadas ou não com o Sistema Único de Saúde (SUS), e as instituições de proteção à infância, à adolescência, à velhice e similares onde se verificarem atos que resultem em lesões, desaparecimento ou morte de paciente ou interno, serão declaradas inidôneas para contratar ou manter convênio com o SUS e ficarão impedidas de receber dotação, subvenção ou empréstimo à conta de recursos públicos por dez anos, a contar de cada ocorrência.

A CCJ aprovou ainda projeto de lei da Câmara que proíbe a retenção indevida de documento de identidade. Pelo projeto, quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, os seus dados serão anotados no ato e o documento será devolvido imediatamente ao interessado.

Também foram aprovados, entre outras matérias, projeto de lei da Câmara que redefine as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho e

emenda de plenário a projeto de lei da Câmara, estabelecendo que o estrangeiro terá até 120 dias para requerer seu registro provisório à Polícia Federal. Esse prazo será contado a partir da publicação do decreto que regulamentar a lei ampliando o tempo para o estrangeiro em situação ilegal regularizar sua permanência

no País.

Entre os projetos aprovados em sua constitucionalidade e juridicidade, mas não no mérito - que será apreciado por outra comissão -, estão o do senador Lúcio Alcântara, que regulamenta os planos de saúde; o do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical; e o do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

Parecer de Jáder vai propor mudanças na MP do ITR

Aumento em 30% da reserva ambiental nas terras situadas na Amazônia preocupa o senador, para quem a medida inibe a ocupação agrícola

O senador Jáder Barbalho (PMDB-PA), relator da comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que elevou as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), anunciou ontem que vai propor alteração no texto da MP para valorizar os Títulos da Dívida Agrária (TDAs). O relator esclareceu que de um modo geral apóia a medida provisória, por acreditar que, através da tributação progressiva para as propriedades improdutivas, o País poderá realizar uma profunda e democrática mudança em sua estrutura fundiária.

Ele também manifestou preocupação com o aumento em 30% da reserva ambiental nas terras localizadas na Amazônia, por considerar que a medida inibe a ocupação agrícola da região. O parecer de Jáder deverá ser votado hoje em sessão conjunta do Congresso.

Jáder Barbalho fez essas declarações durante audiência pública



Jáder Barbalho

blica na comissão mista, da qual participaram o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. No que se refere ao capítulo dos TDAs, o senador disse que não poderia concordar com a proposta do governo, porque, se por um lado pretende que os proprietários recebam esses títulos como pagamento para desapropriação de suas terras, o próprio governo não quer recebê-los como pagamento da dívida dos produtores com as instituições oficiais.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) questionou o efeito

das mudanças propostas pela MP, no caso de fronteira agrícola. "Quem vai ter coragem de avançar se de cara vai enfrentar taxaço de 20% nessas áreas?", indagou. Jonas se referia ao ITR previsto para terras improdutivas, com as quais as novas áreas agricultáveis se confundem, num primeiro momento.

O ministro Jungmann ponderou que o fato de o ITR ser declaratório - o dono declara o valor da sua propriedade - não há possibilidade de o tributo onerar os proprietários que se dispuserem a avançar em novas fronteiras agrícolas.

Já o líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), lamentou a ausência na audiência pública "de alguns parlamentares que se notabilizaram pela defesa da reforma agrária". Ele também registrou uma convergência de opiniões entre os deputados e senadores, os quais, acentou, em sua maioria concordavam com maiores taxaçoes para as propriedades improdutivas.



Odacir Soares

Odacir destaca resposta sobre o caso Planaflo

O senador Odacir Soares (PFL-RO) destacou ontem a resposta do secretário executivo da Emater-RO, Jurandir Vieira, ao documento "Planaflo - Proposta de Revisão do Projeto BRA/94/007", subscrito pelo governo de Rondônia e por técnicos do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no qual é criticado o desempenho das empresas estatais brasileiras envolvidas na execução do projeto Planaflo, voltado para o desenvolvimento sustentado da região.

O parlamentar leu em plenário a contestação do dirigente da Emater, onde, ao retorgir as críticas contidas no documento, este manifesta-se indignado com acusações de que os técnicos da Emater e os da Embrapa e Ceplac, que trabalham em conjunto no projeto, "limitaram-se a relacionar-se com o Planaflo em busca de recursos para suprir suas deficiências de salários, passagens, gratificações, diárias, combustível e aquisição de veículos, sem nada terem adicionado ao programa".

Odacir Soares disse que está enviando um relatório ao governo de Rondônia contendo dados divulgados pela Emater-RO, pelos quais pode ser constatada a diminuição de recursos destinados pelo Planaflo àquela empresa em 1995.

Cafeteira acusa noticiário de atemorizar os políticos contrários à reeleição no Executivo

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse ontem que não se atemoriza com noticiário tentando ridicularizar aqueles que se manifestam contrariamente à proposta de reeleição para cargos executivos, como o faz seu partido. Ele enviou correspondência ao jornalista Ari Cunha, do jornal *Correio Braziliense*, que publicou nota referindo-se ao senador como titular de "votos duvidosos" no Maranhão.

Na carta, Cafeteira desafia Ari Cunha a apresentar "pelo menos um voto duvidoso" concedido a ele. Caso isso



Epitácio Cafeteira

ocorra, o senador compromete-se a renunciar aos dois anos que lhe restam de mandato.

A única verdade da nota publicada, segundo Cafeteira, é que ele foi, de fato, detentor de muitos mandatos, iniciados com

uma suplência de deputado federal, pelo Partido Republicano, em 1962. Eleito prefeito de São Luís em 1965, em 1974 voltou à Câmara, para onde foi sucessivamente reeleito em 1974, 1978 e 1982. Em 1986, 82% dos votos apurados no estado do Maranhão o elegeram governador.

O senador garantiu que, em todos esses mandatos, não houve um voto sequer questionado. O atual "é fruto da confiança de 653.956 maranhenses e representa um dos maiores índices do Brasil em 1990", observou.

Bezerra: Orçamento será votado logo

Relator-geral informa que Congresso se autoconvocará para aprovar proposta até o dia 20 e que seis parlamentares de diferentes partidos ajudarão a preparar relatório geral

O relator-geral do projeto de Orçamento Geral da União para 1997, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), afirmou ontem que a matéria será votada até o dia 20 de dezembro pelo Congresso. Ele informou que o presidente do Senado, José Sarney, deverá autoconvocar o Legislativo até aquela data, para que os parlamentares cumpram seu dever legal de votar o Orçamento.

Carlos Bezerra anunciou também que o relatório geral, de sua responsabilidade, será feito com uma comissão de seis parlamentares de diferentes partidos: deputados Pedro Novas (PMDB), João Coser (PT), Sérgio Miranda (PC do B), Márcio Reinaldo (PPB), Benedito Lyra (PFL) e senador Coutinho Jorge (PSDB).

Segundo o senador, a Comissão Mista de Orçamento, pre-



Carlos Bezerra

sida pelo deputado José Sarney Filho, "na sua maioria, não se sente atingida" pela denúncia envolvendo um de seus membros. Quanto às notícias de que estaria sendo apressada a votação do relatório geral "para que não apareça mais coisa", como destacou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), Carlos Bezerra declarou que "votar é dever nosso e não temor de qualquer coisa".

O relator-geral sugeriu ao Executivo uma elaboração democrática do Orçamento, como o fez a Comissão Mista

do Congresso, que ouviu governadores, secretários estaduais e organizações não-governamentais em reuniões regionais realizadas em todo o País. Para ele, o Executivo mantém práticas autoritárias na elaboração e execução do Orçamento e "está plantando notícias enganosas" sobre a atuação dos congressistas.

A autorização para remanejamento de 100% de uma dotação para outra foi estabelecida no parecer preliminar aprovado pela comissão, explicou. Além disso, Bezerra garantiu que os parlamentares não criaram recursos fictícios.

- A medida provisória do IR da Pessoa Jurídica, aprovada na Câmara, representa acréscimo real de receita no valor de R\$ 2 bilhões, dos quais 1,2 bilhão é suscetível de aplicação em investimentos - disse.



Coutinho Jorge

Coutinho Jorge aponta avanço na ação do Congresso

Em termos de transparência, seriedade, metodologia e participação democrática, o Congresso aprimorou bastante a discussão e análise das propostas orçamentárias, afirmou ontem o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), acrescentando, entretanto, que "o governo está estacionário, não evoluiu em nada em relação aos outros governos, porque continua fazendo o que os outros faziam".

Para o senador, o processo orçamentário no Congresso pode ser dividido em quatro fases. Na primeira, antes de 1988, os parlamentares simplesmente homologavam a proposta do Executivo. A segunda, para ele, correspondeu à criação da estrutura orçamentária pela Constituinte e ao fortalecimento do papel do Legislativo. Na terceira fase, o Congresso adaptou-se às novas normas e ocorreram os graves equívocos que culminaram na CPI do Orçamento. A quarta fase, de aprimoramento, seria a atual.

Geraldo Melo (PSDB-RN) aparteu para dizer que a verdadeira reforma do Estado tem que começar pelo Orçamento da União. O relator-geral do Orçamento, Carlos Bezerra, destacou que a dotação de R\$ 42 milhões para o aqude Castanhão, no Ceará, foi alocada por algum tecnocrata do Executivo.

Senadores aplaudem critérios transparentes

O pronunciamento do relator-geral do Orçamento, senador Carlos Bezerra, provocou uma série de apertes em que os senadores elogiaram o esforço da atual Comissão Mista de Orçamento (CMO) na definição de critérios transparentes de intervenção parlamentar no projeto orçamentário enviado pelo Executivo.

O líder do PMDB, Jádier Barbalho (PA), elogiou a preocupação com a transparência na elaboração do Orçamento reiterada pelo presidente da CMO, deputado Sarney Filho, e pelo relator-geral. Ele advertiu, no entanto, que é preciso eliminar o contingenciamento das verbas, para que elas não fiquem ao arbítrio das autoridades econômicas.

Já para Pedro Simon (PMDB-RS), a sociedade desconhece que os parlamentares alteram um percentual insignificante do total dos recursos orçamentários,

inferior a 4%. O restante o Executivo distribui a seu bel-prazer e, quando promove cortes, o faz nas emendas dos parlamentares. O Congresso avançou em transparência, abertura democrática e metodologia de análise, registrou Coutinho Jorge (PSDB-PA), mas o Executivo não acompanhou essas mudanças, acrescentou ele.

Josaphat Marinho (PFL-BA) apóia a decisão do presidente do Senado e do relator-geral de votar este ano o Orçamento para 1997. Já para Humberto Lucena (PMDB-PB), seria admissível um contingenciamento das dotações, pelo Executivo, no caso de espera de realização das receitas. No entanto, a seu ver, vetar dotações, como o fez o governo, é inconstitucional. Fran- celino Pereira (PFL-MG) elogiou a atitude do relator de elaborar seu relatório final juntamente com outros seis membros da CMO.

Sarney quer cumprir prazo constitucional

O presidente do Senado Federal, José Sarney, anunciou ontem, em entrevista, que está estudando a possibilidade de adiar por quatro dias o início do recesso parlamentar de modo a permitir que o Congresso Nacional possa votar o Orçamento da União para 1997 ainda este ano. O senador garantiu estar desenvolvendo todo o esforço para que até o dia 20 o Congresso tenha resolvido a questão.

José Sarney disse que a aprovação do Orçamento de 97 ainda em dezembro é uma meta que há muitos anos não é alcançada pelo Congresso. A seu ver, o cumprimento do prazo constitucional evitará prejuízos ao País e à imagem do Parlamento.

Suassuna defende revogação da CPMF

Para o senador, tributo foi aprovado em decorrência da falta de informações precisas sobre suas conseqüências para a economia brasileira

Agência do BB no Senado promove recital

A Agência Senado do Banco do Brasil promoveu ontem, no seu espaço cultural, o lançamento do CD *Encantos Brasileiros*, do pianista Jair Panciera. O evento faz parte do Projeto Cultural da agência, que tem como gerente-geral Hércules Xavier. Iniciado em setembro, o projeto já organizou duas exposições de pintura. Um coquetel foi oferecido aos clientes durante a apresentação de Panciera, que executou músicas de seu primeiro CD. Participou do recital a cantora lírica Márcia Lordello.

Casa promove até amanhã a Feira de Saúde

Promovida pela Subsecretaria de Assistência Médica e Social (SSAMS), a I Feira de Saúde do Senado irá funcionar até amanhã, no Salão Azul, com estandes oferecendo informações a respeito de doenças como diabetes, hipertensão, câncer e estresse, entre outras. A feira foi aberta ontem pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Emília Fernandes (PTB-RS), pelo diretor-geral da Casa, Agaciél Maia, e pela diretora da SSAMS, dra. Maria Silva Supcira.



Senadores prestigiam a inauguração da galeria

Inaugurada galeria de fotos de ex-presidentes da CAE

A relevância da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) como suporte para os trabalhos desenvolvidos pelos senadores no plenário da Casa foi destacada na manhã de ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, ao abrir a solenidade de inauguração da galeria de fotos dos ex-presidentes da comissão, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Sarney lembrou que a CAE foi presidida por "grandes nomes, como Magalhães Pinto, Amaral Peixoto, Teotônio Vilela, Paulo Brossard, Severo Gomes, Itamar Franco e muitos outros que souberam honrar a sua finalidade". O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), atual presidente da co-

missão, ressaltou a contribuição dada pela CAE aos trabalhos do Senado nos últimos sessenta anos.

A solenidade contou com a presença dos senadores João Rocha (PFL-TO), Eduardo Suplicy (PT-SP), Elcio Alvares (PFL-ES), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Osmar Dias (PR), Roberto Requião (PMDB-PR), e do diretor-geral da Casa, Agaciél Maia, além de familiares dos ex-senadores homenageados nas 34 fotos da galeria.

A recuperação das fotografias mais antigas foi realização do artista gráfico Ney Garcez, funcionário da Casa.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem proposta de emenda constitucional visando à revogação da



Ney Suassuna

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com o argumento de que a aprovação da emenda que resultou nesse tributo foi um engano provocado pela falta de informações precisas sobre as conseqüências do novo imposto para a economia.

De acordo com dados apresentados por Suassuna, o reflexo da CPMF nos preços finais dos produtos industrializados poderá chegar a 3%, o que, a seu ver, "sinaliza uma incoerência no projeto do governo na área econômica" e traz influência negativa sobre uma economia com baixa inflação e estabilizada.

Suassuna citou reportagem da *Folha de S. Paulo* dando conta de que o Brasil foi o país com o menor aumento nas exportações e o segundo em crescimento de importações. Depois de ler ainda editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, o senador disse que a cobrança da CPMF irá provocar a queda de competitividade da economia brasileira, a fuga de capitais das bolsas de valores e o aumento da inflação.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, LEVY DIAS E NEY SUASSUNA E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal